

1ª RETIFICAÇÃO DO EDITAL Nº 01/2022

O Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região – TRT 13ª Região, no uso de suas atribuições, e nos termos estabelecidos no subitem 17.12 do Edital nº 01/2022, referente ao concurso público para o Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, torna pública as seguintes retificações ao Edital supracitado, cujas alterações estão a seguir elencadas:

1. No anexo I, CONTEÚDO PROGRAMÁTICO, ANALISTA JUDICIÁRIO E TÉCNICO JUDICIÁRIO, **FICA INCLUÍDO:**

ATUALIDADES (Comum a todos os cargos)

Meio ambiente e sociedade: problemas, políticas públicas, organizações não governamentais, aspectos locais e aspectos globais. Descobertas e inovações científicas na atualidade e seus impactos na sociedade contemporânea. Mundo Contemporâneo: elementos de política internacional e brasileira; cultura internacional e cultura brasileira (música, literatura, artes, arquitetura, rádio, cinema, teatro, jornais, revistas e televisão); elementos de economia internacional contemporânea; panorama da economia brasileira. Ética e cidadania.

2. No Item 13, DO TESTE DE APTIDÃO FÍSICA (TAF), subitem 13.1, **ONDE SE LÊ:**

13.1 O Teste de Aptidão Física (TAF) será realizado exclusivamente para o cargo de Técnico Judiciário – Polícia Judicial e somente serão convocadas para essa etapa os 80 (oitenta) melhores classificados nas Provas Objetivas e Provas Escritas Discursivas ou Prova de Redação, conforme o cargo, incluindo os empatados na última posição.

LEIA-SE:

13.1 O Teste de Aptidão Física (TAF) será realizado exclusivamente para o cargo de Técnico Judiciário – Polícia Judicial e somente serão convocadas para essa etapa os 80 (oitenta) melhores classificados nas Provas Objetivas e Provas Escritas Discursivas ou Prova de Redação, conforme o cargo e modalidade de concorrência, incluindo os empatados na última posição.

13.1.1 Caso não seja completada a quantidade por modalidade de concorrência prevista no item anterior não haverá reversão desta para ampla concorrência.

3. No Anexo I, CONTEÚDO PROGRAMÁTICO, TÉCNICO JUDICIÁRIO / ÁREA ADMINISTRATIVA / POLÍCIA JUDICIAL, **ONDE SE LÊ:**

TÉCNICO JUDICIÁRIO /ÁREA ADMINISTRATIVA/POLÍCIA JUDICIAL

Noções de Direito Penal: Infração Penal: elementos, espécies. Sujeito ativo e sujeito passivo da infração penal. Tipicidade, ilicitude, culpabilidade, punibilidade. Erro de tipo; erro de proibição. Imputabilidade penal. Concurso de pessoas. Crimes contra a pessoa. Crimes contra o patrimônio. Crimes contra a Administração Pública. Crimes de menor potencial ofensivo (Lei nº 9.099/1995). **Legislação Especial: Abuso de autoridade (Lei nº 4.898/65)**. Crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor (Lei nº 7.716/1989). Promoção de Acessibilidade às pessoas com deficiência (Lei nº 10.098/2000). Apresentação e uso de documento de identificação pessoal (Lei nº 5.553/1968). **Porte de arma (Lei nº 9.437/1997)**. Crimes contra organização do trabalho. Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/2003). Noções de Direito Processual Penal: Inquérito

policial. Notitia Criminis. Ação Penal: espécies. Jurisdição e competência. Prova (artigos 158 a 184 do CPP). Prisão em flagrante. Prisão preventiva. Prisão temporária (Lei nº 7.960/1989). Processos dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos. Crime contra a administração pública. **Política Nacional de Segurança do Poder Judiciário (Resolução CNJ nº 239/2016). Medidas administrativas para segurança (Resolução CNJ nº 104/2010). Sistema Nacional de Segurança do Poder Judiciário (Resolução CNJ nº 176/2013). Regulamentação do exercício do poder de polícia (Resolução CNJ nº 344/2020).** Sistema de Inteligência de Segurança Institucional do Poder Judiciário (Resolução CNJ 383/2021). Noções de segurança: de autoridades, do patrimônio, de documentos e processos; Segurança de dignitários: técnicas, táticas e operacionalização; objeto e modus operandi. Análise de Riscos: riscos, ameaças, danos e perdas; diagnóstico; aplicação de métodos. Planejamento de contingências: necessidade; planejamento; componentes do planejamento; manejo de emergência; gerenciamento de crises; procedimentos emergenciais. Noções de Planejamento de Segurança: conceito, princípios, níveis, metodologia, modularidade e faseamento, fases do planejamento. Segurança Corporativa Estratégica: Segurança da Gestão das Áreas e Instalações. Direção Defensiva. Direção Ofensiva. **CTB – Código de Trânsito Brasileiro em vigor – consideradas as alterações posteriores e principais resoluções atinentes às normas de circulação e conduta, infrações e penalidades.** Noções de Segurança da Informação: Descrição e segurança de informações; graus de sigilo; atributos básicos; ameaças e vulnerabilidade; comportamento do agente. Noções de Serviço de Inteligência: Finalidade; utilização; legislação básica; conceitos básicos na Linguagem de Inteligência; fontes de coleta; Metodologia de produção de conhecimentos. Prevenção e controle de incêndios: NR-23 – Proteção Contra Incêndios. CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – NR-05). NR-26 – Sinalização de Segurança. Decreto nº 70.274/1972. **Lei nº 10.826/2003.**

LEIA-SE:

TÉCNICO JUDICIÁRIO /ÁREA ADMINISTRATIVA/POLÍCIA JUDICIAL

Noções de Direito Penal: Infração Penal: elementos, espécies. Sujeito ativo e sujeito passivo da infração penal. Tipicidade, ilicitude, culpabilidade, punibilidade. Erro de tipo; erro de proibição. Imputabilidade penal. Concurso de pessoas. Crimes contra a pessoa. Crimes contra o patrimônio. Crimes contra a Administração Pública. Crimes de menor potencial ofensivo (Lei nº 9.099/1995). **Legislação Especial: Crimes de Abuso de autoridade (Lei nº 13.869/2019).** Crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor (Lei nº 7.716/1989). Promoção de Acessibilidade às pessoas com deficiência (Lei nº 10.098/2000). Apresentação e uso de documento de identificação pessoal (Lei nº 5.553/1968). Crimes contra a organização do trabalho. Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/2003). Noções de Direito Processual Penal: Inquérito policial. Notitia Criminis. Ação Penal: espécies. Jurisdição e competência. Prova (artigos 158 a 184 do CPP). Prisão em flagrante. Prisão preventiva. Prisão temporária (Lei nº 7.960/1989). Processos dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos. Crime contra a administração pública. **Política Nacional de Segurança do Poder Judiciário - Resolução CNJ 435/2021 - política e o sistema nacional de segurança do Poder Judiciário.** Sistema de Inteligência de Segurança Institucional do Poder Judiciário – Resolução CNJ 383/2021. Noções de segurança: de autoridades, do patrimônio, de documentos e processos; Segurança de dignitários: técnicas, táticas e operacionalização; objeto e modus operandi. Análise de Riscos: riscos, ameaças, danos e perdas; diagnóstico; aplicação de métodos. Planejamento de contingências: necessidade; planejamento; componentes do planejamento; manejo de emergência; gerenciamento de crises; procedimentos emergenciais. Noções de Planejamento de Segurança: conceito, princípios, níveis, metodologia, modularidade e faseamento, fases do planejamento. Segurança Corporativa Estratégica: Segurança da Gestão das Áreas e Instalações.

Primeiros-socorros: Noções de primeiros-socorros no trânsito (2005) – DENATRAN. Direção Defensiva. Direção Ofensiva. CTB – Código de Trânsito Brasileiro. Noções de Segurança da Informação: Descrição e segurança de informações; graus de sigilo; atributos básicos; ameaças e vulnerabilidade; comportamento do agente. Noções de Serviço de Inteligência: Finalidade; utilização; legislação básica; conceitos básicos na Linguagem de Inteligência; fontes de coleta; Metodologia de produção de conhecimentos. Prevenção e controle de incêndios: NR-23 – Proteção Contra Incêndios. CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – NR-05). NR-26 – Sinalização de Segurança. **Decreto nº 70.274, de 09/03/1972 - Normas do cerimonial público e a ordem geral de precedência.**

4. No Item 8, DO ATENDIMENTO AOS CANDIDATOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS, subitem 8.2, ONDE SE LÊ:

- 8.2 A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deve solicitar atendimento especial para tal fim. A candidata deverá trazer um acompanhante, que ficará em sala reservada com a criança e será o responsável pela sua guarda.
- 8.2.1 A candidata que não levar acompanhante adulto não poderá permanecer com a criança no local de realização das provas.
- 8.2.2 Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.
- 8.2.3 Para garantir a aplicação dos termos e condições deste Edital, a candidata, durante o período de amamentação, será acompanhada por uma fiscal, sem a presença do responsável pela guarda da criança.

LEIA-SE:

- 8.2 Fica assegurado à mãe nutriz o direito de amamentar seus filhos de até 6 (seis) meses de idade durante a realização das provas, mediante prévia solicitação à instituição organizadora.
- 8.2.1 A candidata deverá trazer um acompanhante, que ficará em sala reservada com a criança e será o responsável pela sua guarda. A candidata que não levar acompanhante adulto não poderá permanecer com a criança no local de realização das provas.
- 8.2.2 A mãe terá o direito de proceder à amamentação a cada intervalo de 2 (duas) horas, por até 30 (trinta) minutos, por filho.
- 8.2.3 Para garantir a aplicação dos termos e condições deste Edital, a candidata, durante o período de amamentação, será acompanhada por uma fiscal, sem a presença do responsável pela guarda da criança.
- 8.2.4 O tempo despendido na amamentação será compensado durante a realização da prova, em igual período.
- 8.2.5 A prova da idade da criança será feita mediante declaração a ser encaminhada para o e-mail concursotr13@fgv.br durante o período de inscrição para o concurso e apresentação da respectiva certidão de nascimento durante sua realização.
- 8.2.6 A pessoa acompanhante somente terá acesso ao local das provas até o horário estabelecido para fechamento dos portões e ficará com a criança em sala reservada para essa finalidade, próxima ao local de aplicação das provas

5. No Item 2, DO CONCURSO, subitem 2.1, **fica suprimido o caráter classificatório.**

ONDE SE LÊ:

2.1 Para o cargo de Analista Judiciário (todas áreas/especialidades), serão realizadas uma **Prova Escrita Objetiva** de múltipla escolha e uma **Prova Escrita Discursiva**, ambas de **caráter eliminatório e classificatório**. Para o cargo de Técnico Judiciário (todas as especialidades) serão realizadas uma **Prova Escrita Objetiva** de múltipla escolha e uma **Prova de Redação**, ambas de **caráter eliminatório e classificatório**. Somente para o cargo de Técnico Judiciário – Polícia Judicial será realizado adicionalmente **Teste de Avaliação Física**, de **caráter eliminatório e classificatório**.

LEIA-SE:

2.1 Para o cargo de Analista Judiciário (todas áreas/especialidades), serão realizadas uma Prova Escrita Objetiva de múltipla escolha e uma **Prova Escrita Discursiva**, ambas de **caráter eliminatório e classificatório**. Para o cargo de Técnico Judiciário (todas as especialidades) serão realizadas uma **Prova Escrita Objetiva** de múltipla escolha e uma Prova de Redação, ambas de **caráter eliminatório e classificatório**. Somente para o cargo de Técnico Judiciário – Polícia Judicial será realizado **Teste de Avaliação Física**, de **caráter eliminatório**.

6. No Item 17, DAS DISPOSIÇÕES FINAIS, subitem 17.5, **ONDE SE LÊ:**

17.5 O prazo de validade do Concurso será de 2 (dois) anos, contados a partir da data de homologação do resultado final, podendo ser prorrogado pelo mesmo período, a critério do TRT da 13ª Região, nos termos do Art. 37, inciso III, da Constituição Federal de 1988.

LEIA-SE:

17.5 O provimento dos cargos ficará a critério da Administração do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região e obedecerá, rigorosamente, à ordem de classificação por Cargo/Área/Especialidade, respeitada a alternância da reserva de vagas indicadas nos Itens 6 e 7 deste Edital, conforme a opção feita, no ato da inscrição, pelo candidato.

17.5.1. Os candidatos aprovados no Concurso de que trata o presente Edital poderão ser aproveitados por outros órgãos do Poder Judiciário da União, para fins de nomeação, obedecida a respectiva classificação, reserva de vagas para candidatos cotistas e conveniência administrativa, com observância da identidade do cargo e do expresse interesse do candidato.

17.5.2 O candidato que não aceitar a nomeação para outro órgão permanecerá na mesma posição na listagem de classificação do concurso.

7. No Item 17, DAS DISPOSIÇÕES FINAIS, FICA INCLUÍDO:

17.13 O prazo de validade do Concurso será de 2 (dois) anos, contados a partir da data de homologação do resultado final, podendo ser prorrogado pelo mesmo período, a critério do TRT da 13ª Região, nos termos do Art. 37, inciso III, da Constituição Federal de 1988.

8. No Anexo I, CONTEÚDO PROGRAMÁTICO, ANALISTA JUDICIÁRIO/ ÁREA ADMINISTRATIVA / TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, ONDE SE LÊ:

ANALISTA JUDICIÁRIO /ÁREA ADMINISTRATIVA/TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Ferramentas e Frameworks Javascript: Node.js, Angular. Bibliotecas de componentes de interface: Bootstrap, Angular Material, jQuery. Frameworks Java: Jakarta EE 8, JSF 2.3, Primefaces 8.0, Maven. Arquitetura distribuída de microsserviços; API RESTful; JSON; Framework Spring; Spring Cloud; Spring Boot; Spring Eureka, Zuul; Map Struct; Swagger; Service Discovery; API Gateway. Persistência; JPA 2.0; Hibernate 4.3 ou superior; Hibernate Envers; Biblioteca Flyway. Ferramentas de busca, indexação e análise de dados: Elasticsearch, Logstash e Kibana. Servidores de aplicação: JBoss e Wildfly. Mensageria e Webhooks; Message Broker; RabbitMQ; Evento negocial; Webhook; APIs reversas. Testes de Software: cobertura de código, testes unitários, testes de integração, JUnit, Mockito. Inteligência Artificial e Aprendizado de Máquina: principais técnicas de pré-processamento de dados estruturados e não estruturados; conceitos de modelos preditivos (supervisionados) e descritivos (não supervisionados); avaliação de modelos (sobreajuste, métricas de classificação e regressão, análise ROC); conhecimentos sobre ferramentas de desenvolvimento de aplicações de aprendizado de máquina (python 3, scikit-learn, keras, pytorch). Banco de Dados: Banco de dados relacional, modelos E-R. Linguagens SQL e PL/SQL. Sistema Gerenciador de Banco de Dados Oracle 11g ou superior, e PostgreSQL, H2 database. Conceitos de data warehouse, data mining, OLAP. Metodologias ágeis: Scrum e Kanban. DevOps e DevSecOps: Noções de Kubernetes, Rancher, Docker, Ansible e Terraform . Deploy de aplicações; Continuous Delivery e Continuous Integration (CI/CD), SSO Single Sign On, Keycloak, Protocolo OAuth2 (RFC 6749). Proxy reverso. Ferramenta de versionamento Git. Sistemas de Armazenamento de Dados: Sistemas de arquivos: arquivo, diretório, inodes. RAID. Protocolos SMB e NFS. Conceitos de backup. Tape, VTL. Administração de servidores Linux. Shell Script. Redes de Computadores: Meios de transmissão. Ethernet. Wireless. Modelo TCP/IP versões 4 e 6: ARP. IP. TCP. UDP. Gerenciamento de redes: SNMP. Roteamento: OSPF, BGP. Ferramentas de monitoramento: zabbix, kibana, Prometheus e grafana. Noções de Cloud Computing (computação em nuvem). Segurança da informação: Segurança de infraestrutura de rede (Firewall, IPS, IDS, VPN, webproxy, NGAV); noções de desenvolvimento seguro (OWASP, NIST Secure Software Development Framework); noções de normas e frameworks de boas práticas de segurança da informação (ABNT NBR 27001:2013, ABNT NBR 27002:2019, ABNT NBR 27005:2018, ABNT NBR 27035-3:2021, ABNT NBR 22301:2020, CIS Controls v8); noções de LGPD; conceitos de malwares (worm, vírus, adware, ransomware, dentre outros); conceitos de confidencialidade, integridade, disponibilidade, autenticação e não-repúdio; criptografia simétrica e assimétrica. **Governança de TI: Noções de ITIL e COBIT.** Gerenciamento de incidentes, gerenciamento de problemas, gerenciamento de mudanças e liberação e implantação. Noções de Objectives and Key Results (OKR). Resolução CNJ 370/2021. Normativos da Plataforma Digital do Poder Judiciário (PDPJ): a) Resolução CNJ no 91/2009, b) Resolução CNJ no 335/2020, c) Portaria CNJ no 252/2020, d) Portaria CNJ no 253/2020, e) Portaria CNJ no 131/2021, f) Resolução CNJ no 396/2021, g) Portaria CNJ no 162/2021.

LEIA-SE:

ANALISTA JUDICIÁRIO /ÁREA ADMINISTRATIVA/TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Ferramentas e Frameworks Javascript: Node.js, Angular. Bibliotecas de componentes de interface: Bootstrap,

Angular Material, jQuery. Frameworks Java: Jakarta EE 8, JSF 2.3, Primefaces 8.0, Maven. Arquitetura distribuída de microsserviços; API RESTful; JSON; Framework Spring; Spring Cloud; Spring Boot; Spring Eureka, Zuul; Map Struct; Swagger; Service Discovery; API Gateway. Persistência; JPA 2.0; Hibernate 4.3 ou superior; Hibernate Envers; Biblioteca Flyway. Ferramentas de busca, indexação e análise de dados: Elasticsearch, Logstash e Kibana. Servidores de aplicação: JBoss e Wildfly. Mensageria e Webhooks; Message Broker; RabbitMQ; Evento negocial; Webhook; APIs reversas. Testes de Software: cobertura de código, testes unitários, testes de integração, JUnit, Mockito. Inteligência Artificial e Aprendizado de Máquina: principais técnicas de pré-processamento de dados estruturados e não estruturados; conceitos de modelos preditivos (supervisionados) e descritivos (não supervisionados); avaliação de modelos (sobreajuste, métricas de classificação e regressão, análise ROC); conhecimentos sobre ferramentas de desenvolvimento de aplicações de aprendizado de máquina (python 3, scikit-learn, keras, pytorch). Banco de Dados: Banco de dados relacional, modelos E-R. Linguagens SQL e PL/SQL. Sistema Gerenciador de Banco de Dados Oracle 11g ou superior, e PostgreSQL, H2 database. Conceitos de data warehouse, data mining, OLAP. Metodologias ágeis: Scrum e Kanban. DevOps e DevSecOps: Noções de Kubernetes, Rancher, Docker, Ansible e Terraform . Deploy de aplicações; Continuous Delivery e Continuous Integration (CI/CD), SSO Single Sign On, Keycloak, Protocolo OAuth2 (RFC 6749). Proxy reverso. Ferramenta de versionamento Git. Sistemas de Armazenamento de Dados: Sistemas de arquivos: arquivo, diretório, inodes. RAID. Protocolos SMB e NFS. Conceitos de backup. Tape, VTL. Administração de servidores Linux. Shell Script. Redes de Computadores: Meios de transmissão. Ethernet. Wireless. Modelo TCP/IP versões 4 e 6: ARP. IP. TCP. UDP. Gerenciamento de redes: SNMP. Roteamento: OSPF, BGP. Ferramentas de monitoramento: zabbix, kibana, Prometheus e grafana. Noções de Cloud Computing (computação em nuvem). Segurança da informação: Segurança de infraestrutura de rede (Firewall, IPS, IDS, VPN, webproxy, NGAV); noções de desenvolvimento seguro (OWASP, NIST Secure Software Development Framework); noções de normas e frameworks de boas práticas de segurança da informação (ABNT NBR 27001:2013, ABNT NBR 27002:2019, ABNT NBR 27005:2018, ABNT NBR 27035-3:2021, ABNT NBR 22301:2020, CIS Controls v8); noções de LGPD; conceitos de malwares (worm, vírus, adware, ransomware, dentre outros); conceitos de confidencialidade, integridade, disponibilidade, autenticação e não-repúdio; criptografia simétrica e assimétrica. **Governança de TI: Noções de COBIT 2019 e ITIL v4.** Gerenciamento de incidentes, gerenciamento de problemas, gerenciamento de mudanças e liberação e implantação. Noções de Objectives and Key Results (OKR). Resolução CNJ 370/2021. Normativos da Plataforma Digital do Poder Judiciário (PDPJ): a) Resolução CNJ no 91/2009, b) Resolução CNJ no 335/2020, c) Portaria CNJ no 252/2020, d) Portaria CNJ no 253/2020, e) Portaria CNJ no 131/2021, f) Resolução CNJ no 396/2021, g) Portaria CNJ no 162/2021.

9. Em todas as disposições do edital onde constou o termo “Enfermagem” passou a constar “Enfermagem do Trabalho”.

9.1 No Item 3, DOS CARGOS, subitem 3.1, ONDE SE LÊ:

(...)

CARGOS DE NÍVEL MÉDIO	
Requisitos de escolaridade	Valor da taxa de inscrição
Conforme o Anexo II (requisitos e atribuições do cargo)	R\$ 75,00
QUADRO DE VAGAS	

Cargo	Especialidade	Total de Vagas
Técnico Judiciário	Área Administrativa - Sem Especialidade	02 + CR
	Polícia Judicial	CR
	Enfermagem	CR
	Tecnologia da Informação	01 + CR
Total		03 + CR

LEIA-SE:

CARGOS DE NÍVEL MÉDIO		
Requisitos de escolaridade	Valor da taxa de inscrição	
Conforme o Anexo II (requisitos e atribuições do cargo)	R\$ 75,00	
QUADRO DE VAGAS		
Cargo	Especialidade	Total de Vagas
Técnico Judiciário	Área Administrativa - Sem Especialidade	02 + CR
	Polícia Judicial	CR
	Enfermagem do Trabalho	CR
	Tecnologia da Informação	01 + CR
Total		03 + CR

9.2 No Item 9, DAS PROVAS, subitem 9.9, **ONDE SE LÊ:**

9.9 Da estrutura da prova para o cargo de Técnico Judiciário

DISCIPLINA	QUESTÕES
Conhecimentos básicos	
Língua Portuguesa	10
Raciocínio Lógico Matemático	10

Atualidades	5
Legislação básica	5
Conhecimentos Específicos	
Técnico Judiciário / Área Administrativa - sem especialidade	30
Técnico Judiciário / Área Administrativa / Tecnologia da informação	30
Técnico Judiciário / Área Administrativa / Enfermagem	30
Técnico Judiciário / Área Administrativa / Polícia Judicial	30
Prova Escrita	
Redação	1

LEIA-SE:

9.9 Da estrutura da prova para o cargo de Técnico Judiciário

DISCIPLINA	QUESTÕES
Conhecimentos básicos	
Língua Portuguesa	10
Raciocínio Lógico Matemático	10
Atualidades	5
Legislação básica	5
Conhecimentos Específicos	
Técnico Judiciário / Área Administrativa - sem especialidade	30
Técnico Judiciário / Área Administrativa / Tecnologia da informação	30
Técnico Judiciário / Área Administrativa / Enfermagem do Trabalho	30
Técnico Judiciário / Área Administrativa / Polícia Judicial	30
Prova Escrita	
Redação	1

9.3 No Anexo I, CONTEÚDO PROGRAMÁTICO, ONDE SE LÊ:

TÉCNICO JUDICIÁRIO /ÁREA ADMINISTRATIVA/ENFERMAGEM

(...)

LEIA-SE:

TÉCNICO JUDICIÁRIO /ÁREA ADMINISTRATIVA/ENFERMAGEM DO TRABALHO

(...)

9.4 No Anexo III, QUANTIDADE DE PROVAS ESCRITAS DISCURSIVAS E DE REDAÇÃO A SEREM CORRIGIDAS, **ONDE SE LÊ:**

Limite para correção das provas Escritas Discursivas e de Redação dos candidatos habilitados e mais bem classificados na prova objetiva.

CARREIRA	ÁREA/ESPECIALIDADE	CORREÇÕES PARA AMPLA CONCORRÊNCIA (*)	CORREÇÕES PARA COTAS (**)
Analista Judiciário	Área Judiciária	300	300
Analista Judiciário	Área Administrativa - Sem Especialidade	100	100
Analista Judiciário	Oficial de Justiça - Avaliador Federal	70	70
Analista Judiciário	Arquiteto	30	30
Analista Judiciário	Estatística	30	30
Analista Judiciário	Tecnologia da Informação	90	90
Analista Judiciário	Biblioteconomia	30	30
Analista Judiciário	Contador	30	30
Analista Judiciário	Engenharia Elétrica	30	30
Analista Judiciário	Medicina	30	30
Analista Judiciário	Medicina Psiquiátrica	30	30
Analista Judiciário	Odontologia	30	30
Analista Judiciário	Serviço Social	30	30
Técnico Judiciário	Área Administrativa - Sem Especialidade	340	340
Técnico Judiciário	Polícia Judicial	80	80
Técnico Judiciário	Enfermagem	30	30
Técnico Judiciário	Tecnologia da Informação	80	80
Total		1360	1360

(*) Todos os candidatos com deficiência aprovados nas provas objetivas terão suas Provas Escritas Discursivas e de Redação corrigidas.

(**) Caso não haja candidatos inscritos na cota de negros aprovados na Prova Objetiva, os quantitativos de Provas Escritas Discursivas e de Redação destinados a esses candidatos serão revertidos para os candidatos da ampla concorrência.

LEIA-SE:

Limite para correção das provas Escritas Discursivas e de Redação dos candidatos habilitados e mais bem classificados na prova objetiva.

CARREIRA	ÁREA/ESPECIALIDADE	CORREÇÕES PARA AMPLA CONCORRÊNCIA (*)	CORREÇÕES PARA COTAS (**)
Analista Judiciário	Área Judiciária	300	300
Analista Judiciário	Área Administrativa - Sem Especialidade	100	100
Analista Judiciário	Oficial de Justiça - Avaliador Federal	70	70
Analista Judiciário	Arquiteto	30	30
Analista Judiciário	Estatística	30	30
Analista Judiciário	Tecnologia da Informação	90	90
Analista Judiciário	Biblioteconomia	30	30
Analista Judiciário	Contador	30	30
Analista Judiciário	Engenharia Elétrica	30	30
Analista Judiciário	Medicina	30	30
Analista Judiciário	Medicina Psiquiátrica	30	30
Analista Judiciário	Odontologia	30	30
Analista Judiciário	Serviço Social	30	30
Técnico Judiciário	Área Administrativa - Sem Especialidade	340	340
Técnico Judiciário	Polícia Judicial	80	80
Técnico Judiciário	Enfermagem do Trabalho	30	30
Técnico Judiciário	Tecnologia da Informação	80	80
Total		1360	1360

() Todos os candidatos com deficiência aprovados nas provas objetivas terão suas Provas Escritas Discursivas e de Redação corrigidas.*

*(**) Caso não haja candidatos inscritos na cota de negros aprovados na Prova Objetiva, os quantitativos de Provas Escritas Discursivas e de Redação destinados a esses candidatos serão revertidos para os candidatos da ampla concorrência.*

Os demais itens e subitens do citado Edital permanecem válidos e inalterados.

10. No Item 9, DAS PROVAS, subitem 9.7.5, ONDE SE LÊ:

9.7.5 A Prova Escrita Discursiva deverá ser manuscrita de forma legível, sendo obrigatório o uso de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, em material transparente, e a resposta definitiva deverá ser, obrigatoriamente, transcrita para a folha de textos definitivos.

LEIA-SE:

9.7.5 A Prova Escrita Discursiva deverá ser manuscrita de forma legível, sendo obrigatório o uso de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, em material transparente, e a resposta definitiva deverá ser, obrigatoriamente, transcrita para a folha de textos definitivos em até 30 (trinta) linhas.

João Pessoa, 25 de agosto de 2022

Alexandre Gondim Guedes Pereira
Diretor-Geral